

CONFLITOS PELA MEMÓRIA NO SEMIÁRIDO CEARENSE: RELAÇÕES ENTRE AS COMUNIDADES RURAS DO TABULEIRO DE RUSSAS E O DNOCS

Mário Martins Viana Júnior¹
Diego Gadelha de Almeida²

RESUMO: Este artigo analisa os processos de enquadramento da memória pela ação do Estado, através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em conflito e oposição às memórias dos indivíduos pertencentes às comunidades rurais do Tabuleiro de Russas, no Ceará, que foram impactadas por políticas de modernização no campo, em fins do século XX e início do XXI. Considerando a construção de grandes obras materiais e de obras de memória institucional, analisamos como essas intervenções significaram ataques ao direito à memória dos sujeitos que habitam o campo, em virtude do extremo perigo de extinção e esquecimento das comunidades. Para tanto, fizemos uso de documentação oficial (escrita e audiovisual) construída pelo Estado, além de fontes orais e escritas produzidas no âmbito rural.

Palavras-chave: Comunidades rurais; Russas/CE; DNOCS; Memória.

ABSTRACT: This article aims to analyze the many framing memories processes used by the State, through the DNOCS (National Department of Works Against the Drought), which are in conflict and opposed to the memories of Tabuleiro de Russas' countryside communities individuals, in Ceará, who suffered a huge impact by politics of modernization and improvements on the countryside, in the late years of the XX century and the early years of the XXI. Considering the construction of a huge material and institutional memory work, the article analyzes how this interventions attacked the countryside individual's rights

¹ Professor do Curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em História Cultural (UFSC). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (Comter).

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE). Mestre em Geografia (UECE). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (Comter).

to their memory, because of the extreme risk of extinction and forgetfulness in the communities. Therefore, we made use of an official documentation (written and audiovisual) constructed by the State, besides the oral and written sources produced in the countryside scope.

KEYWORDS: Countryside communities; Russas/CE; DNOCS; memory.

1 Introdução

Data de fins do século XIX e início do século XX a transformação e criação de um novo referencial conceitual amparado em arquivos, figuras e imagens sobre a seca. A partir de uma miscelânea de escritos historiográficos e literários, a seca, que antes era restrita ao Ceará, passou a dar a conhecer toda a região do Norte do país. Na construção desse conjunto, atuaram escritores como Franklin Távora, com sua obra *O Cabeleira* (1879), e eventos aconteceram como o Congresso Agrícola do Recife (1878). Após o advento da República, o Nordeste foi ganhando nuances ainda mais precisas pela atuação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada em 1909 (ALBUQUERQUE JR, 2009).

Nesse processo, as memórias construídas a partir das relações dos sujeitos sobre os usos do solo e das águas não constituíram ponto harmônico, embora, no tempo presente, os direitos à memória, à água e a terra sejam assegurados por lei. É justamente o objetivo maior deste artigo o debate sobre o direito à memória, seus usos e abusos, em torno das relações de acesso a terra e à água no Ceará, entre fins do século XX e início do XXI.

Em um primeiro momento, aproximamo-nos e analisamos as memórias projetadas pelo órgão que mais promoveu intervenções estruturais para aproveitamento hídrico no semiárido nordestino: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), antes Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IOCS). A partir da construção de estradas, açudes, canais, linhas de transmissão de energia, perfuração de poços, entre muitas outras intervenções, mostraremos como o DNOCS buscou e busca

incessantemente mesclar a sua memória à história da região, ao assinalar que o seu trabalho viabilizou a sobrevivência do povo nordestino bem como o desenvolvimento desse espaço. As memórias projetadas, a partir de livros, revistas, vídeos, sítios eletrônicos, entre outros, constituem, ao mesmo tempo, fontes e “pontos de referência” riquíssimos para análise daquilo que Michael Pollak chamou de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989).

Sem perder de vista que as memórias são construídas, constituem objeto de disputa e estão imersas em arenas de conflito, em um segundo momento, nos ateremos às “memórias subterrâneas”, isto é, àquelas não contempladas ou deliberadamente excluídas pela memória oficial do Estado. Para tanto, fizemos uso da história oral entrevistando sujeitos que foram expulsos ou estiveram ameaçados de expulsão em seus territórios, em virtude da implementação do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas (PITR), no município de Russas, região do Baixo Jaguaribe no Ceará, e distante 170 quilômetros da Capital.

Ainda no sentido de confrontação das memórias oficiais com as memórias dos excluídos e compreendendo a memória também como um “processo psíquico-social da representação de si próprio” (MENESES, 1992:23), interessou-nos analisar as contradições e os confrontos inerentes aos processos de construção das representações de si e dos outros. Assim, apresentamos uma análise, compreensão e explicação das diferentes maneiras da instituição DNOCS e das comunidades rurais conferirem sentidos a si, ao outro e ao mundo, isto é, das representações que lhes são próprias, mas que, ao entrarem em contato, se chocam, pois são apropriadas, alteradas e imbricadas (CHARTIER, 1991).

Da análise desses contrastes das imagens de si, das diferentes formas de lembrar e do que lembrar, observamos a ameaça da existência do próprio ato de lembrar e das memórias, haja vista o risco de extermínio das comunidades rurais e de seus modos de vida, em virtude das intervenções realizadas pelo Estado com foco na transformação no acesso à água e a terra. Nas desapropriações das comunidades e expropriação dos trabalhadores rurais para a construção do PITR, observamos a

negação de um conjunto de direitos³, ao qual, acrescentamos aqui, o direito à memória e ao patrimônio.

Buscando atender à provocação temática deste artigo, salientamos que, para pensarmos a memória e os seus desdobramentos temáticos no território, é necessário repensarmos as próprias possibilidades e os interesses do *métier* do historiador. Assim, acreditamos ser urgente o engajamento do historiador(a) no destaque, reconhecimento e valorização das histórias, memórias e patrimônios locais pertencentes às comunidades rurais cearenses, no sentido de garantir a existência das memórias não oficiais ameaçadas pelo avanço da lógica do capital no campo e com forte amparo do Estado.

2 DNOCS: das memórias das obras às obras de memória

A origem do DNOCS remonta ao início do século XX, quando em 1909, através do Decreto nº 7.619, foi criada a IOCS. Na Primeira República, o surgimento dessa Inspetoria significava o germinar de uma concepção mais racional e planejada, que se queria científica, portanto, quanto aos estudos, ações e intervenções no enfrentamento das estiagens. A perfuração de poços, acompanhada de um conjunto de estudos para levantamento e reconhecimento das áreas com vistas ao aproveitamento dos recursos naturais foi o objetivo maior da Inspetoria em seus primeiros anos.

Dali seguiu-se a implementação de uma infraestrutura mais arrojada através da construção de açudes e estradas de ferro quando, em 1919, a Inspetoria foi transformada em Instituto Federal de Obras Contrás as Secas (IFOCS). A partir de então, além das intervenções mencionadas, o Instituto assumiu funções mais específicas focadas no enfrentamento das secas pelo viés

³ Nesse documento há sete itens cobrados para execução do processo de desapropriação e reassentamento das famílias atingidas pelo PITR. Abaixo assinado pela garantia dos direitos das comunidades atingidas pela 2ª etapa do projeto de irrigação de Russas. Acervo Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2010.

agronômico, expresso na preocupação com o reflorestamento e a piscicultura. A terminologia atual do DNOCS surgiu apenas em 1945, caracterizando o órgão pela busca do aproveitamento hídrico e, posteriormente, pelo desenvolvimento regional com base no enfrentamento às secas.

Estes são alguns aspectos da história da instituição considerados na obra “DNOCS e o novo Nordeste”, organizada pelo Núcleo Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará (NIEPCE), a pedido do DNOCS, que publicou o livro em 1985. Antes, os trabalhos existentes eram basicamente de dois tipos: estudos e Boletins. Entre 1909 e 2009, os estudos somaram o total de 382 números. Versavam sobre clima, áreas de intervenção, aspectos da produção e irrigação, fauna e flora, planos, projetos, entre outras questões técnicas.

Já os Boletins, entre 1934 e 1994, alcançaram o total de 103 edições através de publicações irregulares. Embora algumas edições tenham trazido homenagens a funcionários do órgão, enaltecendo biografias e memórias individuais, sobretudo dos engenheiros agrônomos, o objetivo maior desse material era a divulgação da ampla e diversa variedade dos estudos e trabalhos técnicos promovidos pelos integrantes do órgão, sobretudo nas áreas de engenharia e agronomia. Pelo seu histórico, o DNOCS chegou a ser lembrado a *posteriori* como “a ‘casa do saber’ sobre a questão do semiárido” (MAGALHÃES, 2009: 37).

O foco e a percepção de que “a atualização dos conhecimentos técnicos [era] uma necessidade permanente para o desenvolvimento da tecnologia”, conforme observado pelo engenheiro Luiz Carlos Martins Pinheiro (1960, p.01) na introdução do Catálogo de Publicações do DNOCS, conferiam os parâmetros gerais da linha editorial de publicação do DNOCS (CARVALHO, 2009). Nessa perspectiva, os trabalhos que abriam espaço para algum estudo sobre memória eram distantes da dimensão inteligível trabalhada no campo histórico, pois se referiam aos memoriais técnicos de projetos e orçamentos referentes às barragens, drenagens, poços e vias de transporte. Não remetiam, portanto, à memória social entendida aqui como um conjunto de lembranças compartilhadas (CANDAUI, 2012).

A partir da década de 1970, observamos uma importante alteração desse quadro editorial: as obras técnicas passaram a ser acompanhadas das obras de memória institucional⁴ embora, a partir de 1985, as publicações do órgão tenham começado a escassear em termos numéricos. Assim, o DNOCS passou a produzir trabalhos cujas preocupações primordiais não eram de caráter técnico e sim, descrever as ações da instituição ao longo de sua existência. De forma genérica, havia interesse em dar a conhecer ao Brasil o significado e a importância de sua atuação no semiárido. Dito de outra maneira, as memórias das obras passaram a ser formatadas e registradas em obras de memória.

3 O enquadramento da memória

Dentro desse contexto de transformação, em setembro de 1985, a Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (ABID) promoveu um seminário cujo objetivo maior era debater a importância da irrigação no Brasil. A convite da ABID, o Agrônomo Uirandé Augusto Borges, Diretor Geral do DNOCS, proferiu uma palestra intitulada “A irrigação do semiárido do Nordeste” em que destacava a filosofia e as finalidades da instituição.

A estratégia escolhida pelo diretor era apelar para o imaginário de um Nordeste primitivo e assolado por estiagens, construído em fins do século XIX, cuja região era apresentada como a área mais subdesenvolvida da América. As causas do primitivismo rural eram o próprio sertanejo e sua agricultura “atrasada” que deveriam ser alvos da ação transformadora do órgão. Na receita de superação do “drama nordestino”, a irrigação era a principal ferramenta que, através dos perímetros irrigados⁵, alavancaria

⁴ Encontramos duas obras do Engenheiro Genésio Martins de Araújo (DNOCS – Um órgão a serviço do Nordeste (1974); DNOCS – 75 anos (1975)) que fazem referência às ações desenvolvidas pelo Departamento e merecem atenção quanto ao trabalho de construção da memória institucional. Optamos por focar no ano de 1985 por coincidir com o declínio das publicações técnicas.

⁵ Segundo Bursztyn (2008:112), são “projetos que [desde a década de 1970] buscam a utilização das águas dos grandes açudes para a irrigação das terras situadas a jusante”. Significava a desapropriação de terras, seguida

polos de desenvolvimento e “civilização” no semiárido. A ideia complexa, mas que se queria simples, era mudar a mentalidade do pequeno agricultor, transformando-o em empresário.⁶

Essa ação do diretor fazia parte de um contexto mais amplo. Não era um ponto isolado. Seis meses antes dessa palestra findava o governo de João Batista Figueiredo e a mais longa ditadura militar do Brasil através do processo de abertura política (1974-1985) (SILVA, 2003a). Nesse contexto de instauração de uma Nova República, as mudanças governamentais criaram um clima de expectativa sobre o futuro das instituições, a exemplo do DNOCS, submetido ao Ministério da Integração (Minter).

O diretor se alinhava aos discursos, às ações dos parlamentares e aos interesses das oligarquias nordestinas. Ao fundamentar sua fala na ideia de combate à seca e seus efeitos, fazia uso político da estiagem e alimentava, portanto, a “indústria da seca” (SILVA, 2003b). Neste artigo, nossa hipótese é que a fala do representante da instituição cumpria a função de garantir a existência do órgão e a sua maior participação no rateio de verbas, estando imerso em um contexto de ampliação da preocupação com a memória.

O DNOCS cuidou de afirmar sua solidez de 75 anos de existência também através de outras estratégias. Passou a reivindicar a memória de forma diferenciada. Contatou o NIEPCE que, em apenas dois meses, organizou a produção da obra “O DNOCS e o novo Nordeste: uma perspectiva histórica (1909-1984)”, bastante sintomática das alterações em curso. Para tanto, participaram da sua construção: Eduardo Campos⁷, João Alfredo

pela implementação infraestrutural e divisão da área (perímetro) em lotes para sua problemática divisão futura.

⁶ DNOCS, Biblioteca, Folheto, nº 13376/AOC/3779. Seminário promovido pela ABID (30/09/1985) – Palestra do Sr. Diretor Geral, Engº Uirandé Augusto Borges: “A irrigação do semiárido do Nordeste”.

⁷ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, presidente do NIEPCE, membro da Academia Cearense de Letras (ACL) e do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGAC).

de Sousa Montenegro⁸, Geraldo da Silva Nobre⁹ e Francisco Alves de Andrade¹⁰.

Embora a biografia desses autores mereça investigações mais aprofundadas, para o objetivo deste texto basta frisarmos que eles possuíam amplo reconhecimento no meio intelectual cearense. As projeções na Academia Cearense de Letras e no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), a autoria de dezenas de obras e a atuação como docentes na Universidade Federal do Ceará (UFC) demonstravam isso.

Em nossa análise, o livro integrado por esses intelectuais aparecia como um “lugar de memória” na perspectiva aventada por Pierre Nora (1984), sobretudo pela sua função de ponto de condensação tópica da memória e por ser construído em um contexto de medo e receio de esquecimento da instituição e de suas intervenções durante mais de setenta décadas. Nesse movimento, a memória interna ou restrita aos arquivos e funcionários do órgão deveria extrapolar os muros da instituição e ressoar entre as pessoas mais comuns.

De forma geral, embora houvesse diferenças entre os artigos, observamos que os autores lançaram mão de parte da produção historiográfica do Instituto Histórico do Ceará e da abordagem de fontes oficiais, construindo narrativas abalizadas por cronologia e dividindo a história do órgão de forma linear, evolutiva, em fases/ etapas, cujo objetivo final era a elevação do povo nordestino à “civilização”, através das “luzes”, isto é, do conhecimento científico do DNOCS. As ações e dinâmicas contempladas na obra diziam respeito, principalmente, às gestões do Departamento e suas relações com o governo e outras instituições, ficando os conflitos restritos apenas a essa esfera de poder.

O sentido expresso na obra era, portanto, o de evolução da instituição ao longo do século XX, não havendo dúvidas sobre o

⁸ Bacharel em Direito e Licenciado em Geografia e História, membro do IHGAC.

⁹ Bacharel em Ciências Econômicas e Licenciado em Geografia e História, Diretor do Arquivo Público Estadual.

¹⁰ Engenheiro Agrônomo e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, membro da ACL e do IHGAC.

cenário a ser transformado por meio de suas ações. A ciência era o caminho, produzido pelo órgão e, ao mesmo tempo, produtor do órgão. Entretanto, encontrava óbices na ingerência e interferência política, nos empecilhos burocráticos e na dotação orçamentário. Todos externos. A missão do DNOCS, tal como apresentada, era justa e necessária, tanto no pretérito como no momento em que a obra era produzida (década de 1980). O que não parecia justo para os autores era o descaso do governo, que foi responsável pelos “passos lentos e tímidos” ou recuos na evolução do Departamento.

Assim, o livro surgia como uma maneira de “dar a conhecer noções de sua presença”, de descrever os “resultados colhidos dos relatórios do DNOCS”, sendo “de toda justiça frisar que ele, ao longo de sua história, manteve sempre o mínimo exigível de padrão ético, não obstante incursões políticas transitórias no seu âmbito interno.” O objetivo era corrigir o descrédito da instituição, tanto em relação ao governo quanto à opinião pública, desvelando a “verdadeira expressão do órgão” (NIEPCE, 1985, p. 9-210).

Nesta operação, a memória feita história, como considerada pelos autores, remontava a uma “postura iluminista” típica dos institutos históricos do século XIX (GUIMARÃES, 1988, p.06). Vinha corrigir os descompassos e falsas informações e desmentir os “ignorantes da História”, advogando a favor da verdade e promovendo a justiça para direcionar o povo no caminho da “civilização” e da “Nação”. Nesse processo, revelava-se a missão do DNOCS como mediador entre o extraterreno e o mundano, entre o sagrado e o profano:

A água, metodicamente colhida no Sertão do Nordeste, pelo DNOCS, como dádiva preciosa da Providência, poderá servir para o batismo de uma **grande nação**, que, na **liberdade**, na **igualdade** e na **fraternidade** de todo o seu povo, será tão livre, tão igual e tão fraterna como qualquer das outras e contribuirá apreciavelmente para o bem-estar de toda a humanidade, com os frutos de seu trabalho (NIEPCE, 1985, p. 227, grifo nosso).

Os autores buscaram transformar a memória do órgão em história da instituição, integrando-a a história do Nordeste e do

Brasil, mas a encomenda de narrativas feita a eles por intermédio do NIEPCE denunciava, desde o início, o comprometimento ideológico de suas interpretações. Procediam, portanto, a um “trabalho de enquadramento da memória” (POLLAK, 1992) justamente em um contexto de reconstrução política do país. Por meio de incisões e recortes realizados no “quadro de referências” fornecidos pela instituição, tentavam legitimar, tornar pública e reconhecida a memória institucional na construção da nova nação:

Se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de “historiadores da casa”. Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais (POLLAK, 1989, p. 10).

Os autores tentavam através dos investimentos do passado e com as lembranças encobridoras das ações de tempos pretéritos, minuciosamente trabalhadas, garantir compensações futuras, além da própria existência do órgão no desenrolar da pintura do novo quadro sociopolítico e econômico brasileiro. Eis as funções do enquadramento. E eles não estavam sozinhos. Os anos 1980 foram importantes na “vasta e bem orquestrada articulação de intelectuais, estado, mecenas privados, instituições especializadas, meios de comunicação, massas populares, gestores culturais e burocráticos [...]” para a produção e promoção de memórias (MENESES, 1999, p. 17).

No contexto nordestino em questão, os açudes, diques, canais, poços, entre outros, eram lembrados, integrados e transformados em monumentos por meio das narrativas, cuja função seletiva garantia a manipulação da memória e do esquecimento na projeção de uma “história autorizada” pelo DNOCS (RICOEUR, 2007:98). Nessa operação ideológica orquestrada, os alicerces de concreto construídos pelo DNOCS deveriam ser confundidos com os próprios alicerces da nova nação, ao mesmo tempo em

que alicerçavam novas memórias. Assim, a memória não era simplesmente apropriada. Ao observarmos que “a memória torna poderoso(s) aqueles(s) que a gere(m) e controla(m)”, percebemos as motivações da sua gestão (SEIXAS, 2001, p. 42).

4 Memória e representação

Como demonstrado anteriormente, a obra “O DNOCS e o novo Nordeste” de 1985 constituiu uma alteração contundente nas linhas editoriais da instituição. Entretanto, tal iniciativa foi isolada e não teve prosseguimento nos anos seguintes. Entre 1986 e 1994, identificamos apenas a publicação de um livro (Barragens no Nordeste do Brasil), de um estudo e de três números do Boletim, entretanto nenhum deles fazia referência à memória institucional diretamente. Por quase uma década, o tom especializado de perícia dos engenheiros continuou a se sobrepor hegemonicamente ao ato de lembrar institucionalizado do DNOCS.

Esse quadro foi acentuado nos oito anos seguintes. Entre 1995 e 2002, justamente sob as balizas temporais do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o órgão amargou a esterilidade de suas produções. Aliás, as dificuldades para o Departamento foram de ordem maior. Em 1º de janeiro de 1999, isto é, logo depois da reeleição de FHC para o segundo mandato, o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1795¹¹. De forma genérica, tratava da organização da Presidência da República e dos Ministérios, mas na prática extinguiu o DNOCS. Diante de intensa movimentação de servidores e congressistas da bancada nordestina, o órgão foi recriado quatro meses depois.

¹¹ Entre muitas razões aventadas para extinguir o DNOCS em 1999, por meio da Medida Provisória 1795, o governo FHC usou como sustentação o relatório de 1996 do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos que constatou que 50 açudes iniciados pelo órgão em 1986 continuavam inacabados, além de afirmar que “Espalhamos pelo Nordeste monumentos vivos ao desperdício”. Diário de Pernambuco. Diário Político. Máquina Enferrujada. Vandek Santiago. Disponível em: http://www.old.pernambuco.com/diario/2002/11/03/politica2_0.html. Acesso em: 10 jul 2015.

Contudo, o perigo de extinção deixou marcas profundas e, como em 1985, nos anos pós-FHC, a história da memória da instituição e seus atos foi retomada como importante ferramenta pela busca de legitimação e de manutenção.

A partir dessas informações, consideramos que a memória institucional auxiliou na construção da representação social do órgão, ou melhor, que mais uma vez o escrutínio dos feitos do DNOCS amparou a projeção deliberada de uma imagem do Departamento para além do seu quadro de funcionários. E mesmo nos anos 2000, essa representação tanto fazia ver uma ausência, através de um conjunto de imagens que simbolicamente representavam e substituíam o DNOCS em espaços longínquos, como apresentava uma nova presença ao público, mediante a demonstração e visualização das suas obras materiais realizadas e justificadas, a partir de então, com outros propósitos (CHARTIER, 1991, p. 184).

Nesse trabalho de reformulação, o marasmo editorial foi rompido em 2003 com a publicação do primeiro número da “Revista ConViver – Nordeste Semiárido”, marco de outra maneira de pensar a atuação do DNOCS no semiárido nordestino. A revista, que deveria ter publicação trimestral, representava o esforço do órgão em se aproximar da sociedade, ao fazer “um ajuste de contas com o seu passado: retirando da sua memória todo o seu inigualável acervo e o disponibilizando socialmente, superando o estágio em que se transformou em mero tocador de obras hidráulicas” (LINHARES, 2003, p. 01).

Essa desprivatização da memória sob as diretrizes da nova gestão era acompanhada de um tom humanitário apresentado na ideia de um “novo DNOCS”; compromissado em transformar dado técnico em conhecimento público; abalizado por uma “ideologia” que alavancasse a confiança e a coesão social na busca da mobilização de uma memória social sobre o órgão; e que estivesse fundamentalmente preocupado em servir à população, “especialmente em benefício das suas camadas mais pobres, que vivem no semiárido nordestino” (O DNOCS... 2003, p. 35).

A mudança do discurso era latente, visto que tentava dar a entender à sociedade um novo DNOCS. Assim, a imagem (re)

construída buscava inserção social assinalando formatos de como e o que os indivíduos deveriam lembrar. Mas as lembranças mais relevantes eram as de que o DNOCS agiu e continuaria a agir para possibilitar, através da sustentabilidade, a convivência do homem nordestino com o semiárido. Para além das “representações factuais”, os responsáveis pela editoração da revista atuavam nas “representações semânticas”, ou melhor, sobre aquelas representações relativas ao sentido atribuído aos fatos (CANDAU, 2012, p. 39).

Na realidade, o órgão se apropriava de uma mudança paradigmática sobre o desenvolvimento no semiárido oriunda, em parte, de análises construídas em meados do século XX, por autores como Josué de Castro, e que foram intensificadas e postas em prática pelos movimentos sociais, sobretudo, a partir dos anos 1980:

Articuladas à emergência de um novo paradigma de sustentabilidade, ocorrem mudanças nas concepções e perspectivas de intervenção no Semiárido brasileiro, como um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência com base na sustentabilidade ambiental, na qualidade de vida das famílias sertanejas e no incentivo às atividades econômicas apropriadas. O protagonismo na afirmação desse novo paradigma não pertence aos governos e nem aos grupos dominantes regionais. Os novos formuladores da proposta da convivência são organizações da sociedade civil e alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão que atuam no Semiárido. Esses atores vêm se colocando o desafio de influenciar e disputar os processos de formulação de políticas públicas na região (SILVA, 2007, p. 475).

Por um lado, o DNOCS retomava a memória de suas intervenções enquanto que, por outro, alterava vertiginosamente os seus sentidos no tempo de produção da revista. Interferia na forma de lembrar, no que lembrar e, principalmente, de como lembrar. Ao invés de tomados como produtos de uma grande empreiteira pública, muitas vezes a serviço dos interesses privados das elites regionais (BURSZTYN, 2008), as suas intervenções eram

(re)significadas como viabilizadoras de um paradigma holístico, voltado à sustentabilidade, em várias dimensões, e superando o enfoque fragmentado das soluções técnicas de outrora.

Na impossibilidade de alterar as obras pretéritas de concreto, o discurso que projetava uma nova imagem da instituição, e que servia a uma ideologia em busca da confiança da sociedade, modificava as funcionalidades, os objetivos e, sobretudo, as lembranças sobre os projetos executados. Na construção da representação de si com novo e destacado apelo social nos anos 2000, havia apropriações com mudanças de sentido das memórias das operações realizadas pelo DNOCS. O uso da memória continuava a cumprir sua função de busca pela legitimação, manutenção e enaltecimento. E se é verdade que “o sentido do passado se modifica em função da sociedade”, o DNOCS buscava, pelo menos em termos discursivos, se adequar ao paradigma da convivência e da sustentabilidade (CANDAU, 2012, p. 77).

Assim, foi criado o “Programa ConViver”¹². Projetado para ser exibido semanalmente até o centenário do órgão, em outubro de 2009, nascia homônimo da revista e seguia diretrizes semelhantes, buscando mostrar como, ao longo de sua história, o DNOCS possibilitou a convivência do homem com o semiárido. No projeto de tentar fazer propalar a “história de glória da Instituição”, as representações factuais eram projetadas a partir dos enquadramentos televisivos, para que o DNOCS chegasse mais perto da população, através de “matéria humanizadas”¹³ e para auxiliar na propagação de sua representação.

O Nordeste é realmente seco. É uma questão geográfica: estamos no semiárido brasileiro. Mas é verdade também que muito tem sido feito, não para vencer a seca, o que seria impossível, mas para se conviver com ela. As principais ações começaram há mais de um século [...]

¹² Nordeste em evidência: programa da TV Diário destaca o Semiárido. Diário do Nordeste, Fortaleza, 5 jul. 2008. Caderno Cidade [Autoria desconhecida].

¹³ Nordeste em evidência: Programa da TV Diário destaca o semiárido. Diário do Nordeste, Fortaleza, 05 de jul., 2007. Caderno Cidade.

e foram evoluindo junto com a história da região. [...] Comissões criadas no Ceará e no Rio Grande do Norte tornaram-se a raiz de um órgão que seriam o grande pensador, executor e gerenciador das mais importantes obras realizadas no Nordeste para a convivência com as estiagens. Nascia em outubro 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas [IOCS] (grifo nosso).¹⁴

O órgão antes lembrado como aquele que combatia as secas, trazendo inclusive essa informação identitária em seu título, passava a ser deliberadamente tratado e lembrado de forma diferente. Na elaboração de uma nova interpretação sobre as suas ações passadas, mas também presentes e futuras, o objetivo fulcral do DNOCS, para todos os tempos, aparecia como o de fixação do homem no campo, por meio da criação de condições materiais para a convivência com a seca. No discurso sobre as lembranças e as projeções futuras o foco não era mais o combate, mas a convivência e (destaquemos) a sustentabilidade. Uma clara tentativa de alterar o sentido do passado diante das expectativas do tempo presente.

Entretanto, até os dias atuais, o DNOCS carrega essa contradição em seu título que não constitui apenas problema semântico. É possível problematizar que o discurso sobre memória de convivência com o semiárido em suas múltiplas dimensões (social, cultural, econômica, ambiental, política) aparece esvaziado de sentido na prática, observando-se que “o fato de dizer, escrever ou pensar que existe uma memória coletiva [de convivência]” não garante sua existência (CANDAU, 2012, p. 34).

Mesmo com forte apelo para atos que se acreditavam e se queriam coletivos, a comunicação e a transmissão das lembranças das ações do DNOCS, fosse por meio de material impresso diverso ou por meio de programa televisivo, não eram garantia de que as representações construídas sobre ele (e elas) seriam compartilhadas e inculcadas acriticamente. Por vezes, acontecia

¹⁴ Programa Conviver, n° 1. DNOCS. Fortaleza: Wave Media, 2008.

justamente o contrário, conforme veremos adiante, desvelando um conjunto de contradições entre as imagens que a instituição fazia de si e que os outros faziam dela.

5 Abusos de memória, abusos de esquecimento: o caso do Tabuleiro de Russas

Como visto anteriormente, houve uma transformação no tratamento da memória institucional entre as operações de 1985 e as da década de 2000. Na formação de uma nova identidade, nutrida por uma ideologia anunciada nas concepções de Karl Mannheim e com o objetivo de produzir consenso social (LINHARES, 2003), o DNOCS retomou o trabalho de memória (re)significando as suas intervenções pretéritas. A nova identidade fundava-se no estabelecimento da diferença com o passado (cujo sentido original fora alterado) e na relação com o outro, objeto de suas ações (o semiárido e seus habitantes) (HALL, 2006).

Para além da documentação oficial produzida pelo órgão, a investigação realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Memórias e Conflitos Territoriais (Comter) em territórios do semiárido cearense, apontou-nos, não poucas vezes, um distanciamento contundente entre aquele discurso da instituição e as práticas mnemônicas das comunidades. No território do Tabuleiro de Russas, região do Baixo Jaguaribe, observamos uma variedade de elementos que contestavam as memórias, as identidades e as representações institucionais.

Identificamos que existiam planos de aproveitamento hidroagrícola da região do Vale do Jaguaribe no Ceará desde meados da década de 1960 (BRASIL, 2005). Naquele período, um conjunto de estudos mapeou zonas férteis propícias ao desenvolvimento da agricultura irrigada, subsidiando a implantação de perímetros irrigados: Perímetro Irrigado Morada Nova (1968), Perímetro Irrigado Jaguaruana (1975) e Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (1987)¹⁵.

¹⁵ Infelizmente, não há espaço neste artigo para analisarmos detalhadamente as características e as políticas de implementação/manutenção dos

Observamos, então, uma expansão da área irrigada na bacia do rio Jaguaribe em 1987, quando o DNOCS identificou 15.000 hectares de solos irrigáveis pertencentes ao município de Russas que resultariam na implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR). Dividida em duas etapas, a construção do PITR teve início em 1992 com a desapropriação de 10.765 hectares (ha), sendo seguida por nova desapropriação de 3.365 ha, em 2008.

O arrojado sistema de engenharia hidroagrícola era composto por: (i) estações de bombeamentos; rede de canais e tubulações, que garantiam o aporte hídrico necessário à produção; (ii) sistema de irrigação (predominantemente microaspersão e gotejamento); (iii) rede viária para acesso/escoamento da produção; e (iv) rede de drenagem, para proteção das áreas irrigadas e das estradas do perímetro (BRASIL, 2005).

Em concomitância com o Decreto Federal nº 97.143, de 29 de novembro de 1988, que declarava como de “utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação” as terras referentes à implementação do PITR, além de conceder amplos poderes ao DNOCS, para que executasse as expropriações, essa racionalidade técnica exógena invisibilizava a existência centenária de dezenas de comunidades que viviam naquele território. Em nossa avaliação, essa estratégia de inviabilização se dava em dois sentidos e se projetava em duas temporalidades.

Por um lado, o Estado construiu e fez uso de um discurso no tempo presente de implantação das obras que (des) qualificava como rudimentar, atrasada e improdutiva a agricultura praticada por décadas. Analisando os Estudos de Impactos Ambientais (EIA's), observamos como a política de irrigação, via implementação dos perímetros, na realidade tinha como objetivo a incorporação dos territórios considerados atrasados à lógica do capital. Na prática, o paradigma de convivência com o semiárido

perímetros irrigados no Nordeste, ao longo da segunda metade do século XX. Limitaremos a apontar algumas das transformações operadas pela construção de um dos quatorze perímetros federais existentes no Ceará, destacando o seu impacto em relação às comunidades rurais e os conflitos de memórias e representações existentes.

destacado nos discursos passava ao largo das ações promovidas pelo órgão que visavam a promoção do agronegócio na região, com foco na fruticultura irrigada:

O projeto visa contribuir, ainda, para a expansão das atividades de fruticultura irrigada, com qualidade total, de forma a tornar a região uma das líderes nacionais neste segmento, gerando empregos permanentes. [...] Em suma, o projeto servirá como pólo de difusão de técnicas agrícolas modernas para a região (BRASIL, 2005, p. 12).

Por outro lado, mas de forma concomitante, a estratégia do DNOCS consistia em (re)significar o passado à luz da produção de narrativas sobre as suas ações no tempo pretérito, consideradas e apresentadas como necessárias, legítimas e salvadoras, tal como em 1985. Nesse sentido, em 2009 a obra “O centenário do DNOCS e a convivência com a seca”, cujo título apresentava uma contradição entre combate e convivência, apresentava uma narrativa que buscava dirimir qualquer dúvida sobre o órgão considerado a “inquestionável maior conquista do povo nordestino”:

É graças a essas modalidades de empreendimentos, que o Nordeste vem vencendo a seca, sem epidemias ou mortandade. [Foi o DNOCS que] pioneiramente, criou condições lançado as bases de uma infraestrutura que amenizou o sofrimento do homem nordestino, principalmente aquele que vive no meio rural, que desfruta do artifício de técnica agrônômica, chamada irrigação, e porque não dizer, da grande irrigação, hoje, transformada realidade pelo DNOCS, como grande conquista regional. [...] O DNOCS precisa ser fortalecido para que a memória curta de uns, não tente apagar o feito extraordinário dos seus engenheiros [...] (BEZERRA, 2009, p. 164).

Essa narrativa abalizada por uma ideia de democratização da água através da “grande irrigação” no Nordeste operada pelo DNOCS, quando confrontada com as experiências de expulsão

das comunidades rurais no Baixo Jaguaribe cearense, aponta para questões bem menos harmônicas e, de acordo com nossa observação, ocultadas intencionalmente. A constatação de que a implementação dos projetos de irrigação (como no caso do PITR) se colocava a serviço dos interesses dos empresários ligados ao agronegócio, mostra como a seletividade da narrativa estava imersa naquilo que Ricoeur (2007, p. 455) considerou como “abusos da memória” e “abusos de esquecimento”, haja vista a promoção de estratégias de esquecimento com base na ideologização explícita da escrita de memória acima assinalada.

Assim, nos é possível demonstrar como a extinção e o esquecimento caminharam juntos no projeto de construção do PITR. Para termos uma ideia da alteração promovida no território, apenas a implementação da primeira etapa da obra implicou extinção de vinte e duas¹⁶ comunidades que simplesmente foram apagadas do mapa. Já a implementação da segunda etapa, após intenso processo de resistência dos sujeitos locais, resultou no rearranjo dos habitantes de oito¹⁷ para três comunidades. De maneira direta, o PITR alterou contundentemente a vida dos moradores e, ao expulsar as pessoas de seus territórios, destruiu lugares de sociabilidades e de celebrações, formas de organização, processos identitários, entre outros aspectos, de trinta comunidades rurais de Russas.

A produção de uma lógica de intervenção moderna para o território, cujo principal alvo a ser combatido era o agricultor(a) local, implicou em tentativa de apagamento dos rastros e indícios de atividades praticadas pelos sujeitos em seus territórios que, inclusive, eram reconhecidas nacional e internacionalmente como referência em estratégias de convivência com o semiárido (ALVES, 2012).

¹⁶ Lagoa Salgada; Massapé de fora; Massapé de dentro; Lagoa da Várzea; Sussuarana; Paraíba; Povoado do Mari; Canafístula de Baixo; Baixio dos Azuis; Sítio Córrego Vinte e Um; Córrego dos Estácios; Germana; Açude dos Venâncios; Córrego Salgado; Tanquinhos; Lagoa da Roça; Umari; Iracema; Capece; Liberdade; Baixio Verde; Lagoinha.

¹⁷ Escondida; Bananeiras; Sítio Junco; Lagoa dos Cavalos; Córrego Salgado; Barbatão; Sussuarana; Peixe.

Referimo-nos aqui aos trabalhos relacionados à apicultura, ao banco de sementes comunitário, à horta comunitária, além das tecnologias sociais e produtivas, que foram implementadas com o auxílio da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, tais como: cisternas de placa, barragem subterrânea com agroflorestação, ovinocultura e sistema agrossilvipastoril. Todas essas tecnologias foram negadas, destruídas e apagadas pela sua incompatibilidade com a nova forma de apropriação e uso dos espaços expressa no projeto da “grande irrigação” e em seus falsos objetivos de convivência e sustentabilidade.

Nesse processo, não causa estranheza que também os traços mnemônicos das experiências comunitárias tenham sido alvo de manipulação da memória e do esquecimento. Mediante lembranças encobridoras criadas e operadas entre fins do século XX e início do XXI, o DNOCS projetava uma antiga representação de si como salvacionista, e que era atualizada como mediador da convivência do nordestino do campo com o semiárido. Entretanto, as memórias dos sujeitos das comunidades rurais apontavam em outras direções.

6 As memórias dos atingidos, os atingidos por memórias

Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadreadores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar. Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento [...] (POLAK, 1989, p.12).

Partindo das reflexões sobre as possibilidades de inversão do enquadramento da memória construídas por M. Polak, e tomando como referência os debates realizados por Alberti (2004), Aróstegui (2006) e Portelli (1997) acerca da potencialidade da história oral como metodologia qualitativa na construção de

fontes históricas, o Comter promoveu, nos anos de 2014 e 2015, pesquisas sobre as histórias de vida de sujeitos das comunidades impactadas pelo PITR.

Neste trabalho investigativo, ainda em andamento, foram realizadas aproximadamente quarenta entrevistas distribuídas entre moradores das comunidades de Cipó, Fazenda Maia, Junco, Lagoa dos Cavalos e Peixe. Essas entrevistas trouxeram à tona uma variedade de memórias individuais, o que nos possibilitou identificar um conjunto de lembranças que destoam daquelas enquadradas pelo DNOCS. Nesse processo, além da destruição das experiências de convivência com o semiárido, anteriormente assinaladas, os depoimentos revelaram e permitiram detalhar outras alterações nos modos de vida locais que aqui foram resumidos e agrupados em quatro eixos: a desapropriação/expropriação, a migração, o trabalho e a cultura.

Foi relativamente comum encontrarmos entre os depoimentos a ideia de que a relação estabelecida com o Estado era permeada por características extremamente desiguais e desproporcionais. O DNOCS foi lembrado não como um órgão que mediava e negociava. As falas, muitas vezes, testemunharam justamente o contrário: lembravam desse órgão como o responsável pela expulsão das pessoas de seus territórios, mediante a “tomada” de terras, casas e outras benfeitorias, conforme lembra Dona Maria:

O DNOCS tomou de conta, né? Uma coisa foi essa, terminou-se tudo com o DNOCS. A minha casa lá foi pro DNOCS. Eles tomaram. A casa do meu filho, o Irineu tinha uma casinha também lá. A Fatinha tinha a dela também lá, mas o marido tirou, ficou com essa aqui. Mas lá o que foi meu, o terreno de meu pai lá na Lagoa dos Cavalos, o DNOCS tomou¹⁸.

De acordo com Dona Maria, ao tomar as terras dos moradores locais, a instituição interrompia uma prática inaugurada por um

¹⁸ D. Maria. Entrevista concedida a Taynara Mirelle, Volgan Timbó e Carlos Victor de Oliveira. Comunidade Lagoa dos Cavalos, Russas, 31/05/2015.

dos primeiros habitantes da comunidade da Lagoa dos Cavalos, o “velho” Joaquim Estácio, que construiu benfeitorias utilizadas para a recepção e moradia temporária dos que acabavam de chegar naquele território. Ademais, a moradora lembrou como foram difíceis os processos indenizatórios, significando os repasses materiais como migalhas conseguidas depois de muitos gastos pecuniários, esforços físicos e sofrimentos diversos.

Nos processos de desapropriação, um dos sofrimentos comuns expressos nos depoimentos estava no cerceamento do direito de ir e vir das comunidades em seus próprios territórios. Além da tomada de terras e benfeitorias centenárias, a alteração espacial com intervenções de engenharia foi acompanhada da criação de diques, canais e cercas que dividiram as comunidades, tornando mais difícil o processo de locomoção e comunicação e isolando indivíduos em suas próprias residências, como na comunidade do Peixe:

Rapaz, o DNOCS tomou tudo, tomou tudo, tomou tudo! Compadre João [...] ficou lá, porque cercaram e deixaram ele ali. Mas o DNOCS passou por trás dos terrenos dele. Aqui o Peixe, tá que nem o aro do pneu: de dentro por fora o DNOCS desapropriou. Aqui, aqui, nos fundos dessas casas passa lote [...] do DNOCS¹⁹.

Para o Senhor Luíz, além do isolamento dos moradores, como no caso de João, o DNOCS incitou a emigração de muitas pessoas que não encontraram nova morada no território. A intervenção do Estado, garantindo a divisão do perímetro artificialmente irrigado em lotes com segurança hídrica, aqueceu o mercado de terras, elevando substancialmente o preço dos terrenos. Sem terra e dinheiro, inviabilizados de viver no território, os habitantes passaram a constituir correntes migratórias diversas.

Os que permaneceram, ainda que para isso muitos deles tenham que ter passado por processos de deslocamento, observaram como a alteração estrutural do território comprometeu

¹⁹ Senhor Luíz. Entrevista concedida a Venâncio de Oliveira. Comunidade do Peixe, Russas, 30/05/2015.

as atividades de convivência existentes. Além do isolamento dos indivíduos e de suas famílias, práticas centenárias como as de cultivo da terra (expressa no plantio e coleta de alimentos) e a criação de animais foram dificultadas ou mesmo impedidas pelos processos de cercamento e desmatamento de áreas particulares e de convivência comum.

Assim, mediante as lembranças dos moradores, nos foi possível observar como as intervenções do DNOCS desmantelaram as práticas de convivência com o semiárido. Ao invés de motivar e ampliar a interação dos sujeitos com os seus territórios, através de práticas de sustentabilidade e de formas de convivência apropriadas às condições do território, o trabalho da instituição pôs em risco a soberania alimentar. Observadores da destruição em curso, cerceados do direito a terra e impedidos de fazer seu uso para práticas de cultivo e criação, os habitantes foram “empurrados” para a lógica do capital expressa no comércio de alimentos, conforme observa Dona Joarina:

Mulher, foi um impacto. Não vou dizer que não foi, porque foi. O que eu acho engraçado é isso: nós não podemos destruir com a terra, porque nós não podemos ficar sem ela, e o DNOCS, o governo, vou falar o governo, então, pode destruir com tudo que a gente construiu. E a gente ficar oh... sem poder dizer nada. Vem justiça, vem isso e vem aquilo, ameaça e tudo. Sem a pessoa concordar e sem a pessoa sair de cima do que é da gente, do que a gente construiu e conseguiu com o suor da gente. E o governo faz isso, né? Como o DNOCS expulsou praticamente todo mundo das suas casas, dos seus terrenos e ninguém, hoje, tem onde plantar. Não temos. Por que o feijão tá do preço que tá? Por que o milho tá do preço que tá? A farinha do preço que tá? Porque o pessoal tá tudo sem terra²⁰.

²⁰ D. Joarina. Entrevista concedida a Marcelo Ferreira e Isabele Farias. Comunidade do Peixe, Russas, 31/05/2015.

A citação sobre o encarecimento da farinha externou a descaracterização promovida sobre os saberes tradicionais, entendidos aqui como formas de convivência pertencentes à dimensão cultural (SILVA, 2007). As farinhadas, tão comuns no interior do Nordeste, consistiam em práticas de trabalho comum, coletivo, não remunerado que envolvia familiares e outros indivíduos, dando sentido e, ao mesmo tempo, consistindo em expressão da vida em comunidade, pois baseada no “parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais” (SABOURIN, 2009:48). Além da garantia do alimento, práticas culturais semelhantes à da farinhada garantiam a permanência dos princípios para a existência da vida em comunidade, expressos no parentesco, na localidade, no sentimento de pertencimento e na reciprocidade.

A destruição das casas, dos espaços de cultivo e dos locais de criação não significou apenas impactos materiais. Produziu medo e insegurança e implicou a tentativa de aniquilamento do próprio sentido da vida em comunidade, das suas memórias, dos seus patrimônios e das suas histórias locais. E isso se deu, por um lado, em consonância com o discurso de invisibilidade produzido pelo Estado sobre os habitantes desses territórios e de suas práticas, no momento de preparação e realização das intervenções. Por outro, ocorreu concomitante aos processos de reinterpretação do tempo pretérito, mediante o enquadramento da memória e a manipulação dos esquecimentos operados pela instituição interventora. Contudo, felizmente, estes elementos não foram suficientes para aniquilar os traços mnemônicos e as falas dos sujeitos impactados pela construção do PITR.

Considerações finais

As memórias das comunidades, impactadas pelo PITR, colocaram em evidência experiências difíceis, dolorosas e traumatizantes que as pessoas da região estabeleceram com o DNOCS. Mas o ato de rememorar questionou e colocou à prova a memória institucional e a história oficial autorizada pelo órgão, além de ter auxiliado na construção e no compartilhamento de

outras representações sobre o DNOCS, fortemente contrárias àquelas construídas e projetadas pelo Estado, pelos seus intelectuais contratados ou por seus defensores.

A imagem presente do DNOCS, como o interventor-destruidor dos territórios, responsável pela expulsão de inúmeras famílias no semiárido cearense, foi mesclada e retroalimentada pelos agricultores e agricultoras com suas visões de mundo, tal como verbalizado por Dona Osmarina, quando fez a analogia com a instituição e o fogo:

Foi um sufoco. Não aqui, mas as comunidades atingidas eram bem próximas, Lagoa dos Cavalos, Córrego Salgado... As famílias não tinham conhecimento de nada [e] quando disseram: o DNOCS chegou! Foi como um fogo que vinha de lá para cá, queimando todo mundo. O povo se apavorou. Muitos abandonaram suas casas e foram morar de aluguel, mesmo sem ter condição, por medo. Isso foi uma agonia muito grande para esse povo. Apareciam umas histórias de que se não desocupassem as casas, eles vinham com as máquinas e derrubavam com tudo, não importava quem tivesse tempo. O povo se apavorou²¹.

Analogias a pragas, doenças e fenômenos naturais, entre outros, foram elementos relativamente comuns utilizados pelos sujeitos para melhor representar e qualificar suas concepções sobre a instituição. Diante disso, nosso trabalho consistiu em buscar evidenciar e compreender a importância desses aspectos para os sujeitos, buscando fazer uma análise a contrapelo, ou melhor, do ponto de vista dos vencidos (BENJAMIN, 1971).

Foram essas representações e memórias relacionadas às ações do órgão que auxiliaram, inclusive, no estabelecimento de lutas e processos de resistência no território, configurando um conjunto de experiências que afastaram os sujeitos da imagem passiva construída pelo Estado. A alteração da percepção sobre a intervenção pretérita do órgão, acrescida da clareza do risco

²¹ Dona Osmarina. Entrevista concedida a Dávila Oliveira. Comunidade do Junco, Russas, 30/05/2015.

de destruição das comunidades (haja vista a extinção de 22 comunidades rurais para a construção da primeira etapa do PITR), foi um fator importante para a motivação da organização dos sujeitos.

Nos processos de compartilhamento das memórias individuais ocorridos cotidianamente e em encontros de membros de comunidades do mesmo território e de território distintos²², observamos diferentes desdobramentos que auxiliaram na resistência dos territórios atingidos pelo PITR. Um deles foi a criação da Comissão de Resistência do Tabuleiro de Russas, em 2009²³, alinhada à construção e propagação de representações negativas sobre o órgão. Tais representações e memórias auxiliaram na retomada de antigos laços e na formação de novos processos identitários entre as comunidades.

Assim, aproximados pelas experiências de convivência com o semiárido, mas também pelas vivências problemáticas provocadas pelo Estado, observamos que os indivíduos procederam a um fortalecimento de suas memórias, no sentido de que as lembranças tornaram-se estruturadoras da (re)organização dos grupos (CANDAU, 2012). Esses sujeitos também puseram em movimento processos de lutas de representação (CHARTIER, 1991), haja vista o questionamento das imagens projetadas pelo DNOCS, além de avançarem na construção de outras representações utilizadas na reformulação de suas identidades.

²² Considerando a importância que o Baixo Jaguaribe representa para a economia agrícola do Ceará, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte desenvolve vários projetos na região. Dentre eles, destacamos o Projeto Intercâmbios que envolve comunidades do Tabuleiro de Russas, da Chapada do Apodi e da região do Açude Figueiredo, cujo objetivo maior é “potencializar a organização política [dos agricultores/as] e possibilitar o contato com outras estratégias de organização comunitária e práticas produtivas, calcadas nos princípios da agroecologia, fortalecendo a resistência ao modelo difundindo pelo poder público” (CÁRITAS, 2013, p. 02).

²³ “[...] diante da ameaça de expropriação dos moradores, as lideranças de Lagoa dos Cavalos, por meio da Associação e com a assessoria do sindicato de trabalhadores rurais e da Cáritas, montaram uma estratégia de mobilização para unir forças e gerar poder de representação local. Por meio da Associação Comunitária local, convocaram as associações das demais comunidades atingidas e, em conjunto, criaram [...]” a Comissão de Resistência das Comunidades Rurais do Tabuleiro de Russas (ALVES, 2012, p. 178).

Por fim, consideramos que esta análise, com foco nas comunidades do Tabuleiro de Russas no Ceará, auxiliou a colocar em evidência e problematizar outras percepções do semiárido nordestino que não estão tuteladas pelo olhar harmônico e salvacionista dos interessados no provimento da “indústria das secas”. Ao acessarmos as memórias das pessoas extraordinárias, isto é, dos “principais atores da história” (HOBSBAWM, 1998:7) percebemos que o impacto dos grandes projetos, a exemplo do Pitr, ao invés de possibilitar o paradigma de convivência com o semiárido acabou promovendo justamente o contrário, criando uma plataforma para a projeção de problemas diferentes e múltiplos que atingiram as comunidades rurais.

São esses problemas que nos fazem refletir sobre as possibilidades do trabalho do historiador(a). No contexto do semiárido cearense de avanço das grandes obras e projetos, que colocam em risco as comunidades rurais, é fundamental “assegurar a multiplicidade dos lugares de fala, dos diversos atores qualificados” como enunciadores de memórias. Mais que isso, a garantia do direito à memória passa pela necessidade de “um claro engajamento em direção à salvação dos acervos, depoimentos, arquivos e lugares de memória” (SILVA, 2003, p. 246). Sem esse engajamento, os historiadores/as correm o risco de observarem no semiárido cearense apenas uma grande amnésia social que toma conta de um extenso deserto.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- ALVES, Maria Odete. *Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará*. 2012. 341f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. São Paulo: Edusc, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Thèses sur la Philosophie de l'Histoire*. Paris: Lettres Nouvelles, 1971.

BEZERRA, Evandro. *O centenário do DNOCS e a convivência com a seca: depoimentos e realizações*. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2009.

BRASIL. *Projeto de irrigação tabuleiro de russas: 2ª etapa. Estudo/ Relatório de Impacto Ambiental*. Departamento nacional de Obras Contra a Seca, 2005.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CÁRITAS. *Projeto Intercâmbios*. Acervo Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2013.

CARVALHO, Otamar de. O soerguimento do DNOCS (a propósito do seu I Centenário). *Revista Conviver – Nordeste Semiárido*. V. I, n. 6, pp. 153-241, 2009.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 5, n. 11, pp. 173-191, já./abril, 1991.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, pp. 5-27, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LINHARES, Paulo. O BRASIL vive um momento decisivo [editorial]. *Revista Conviver – Nordeste Semiárido*. V. I, n. 1, jan.-mar., 2003.

MAGALHÃES, Antonio Rocha. O defensor do semiárido. *Revista Conviver – Nordeste Semiárido*. V. I, n. 6, pp. 21-56, 2009. Entrevista concedida à Revista Conviver.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crida da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1999.

NIEPCE. *O DNOCS e o novo nordeste: uma perspectiva histórica, 1909-1984*. Fortaleza: DNOCS, 1985.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. IN: _____ (org.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, [1984]. V. 1, La République, pp. VII-XLII.

O DNOCS, a convivência com o semi-árido e o Solar Carvalho Mota. *Revista Conviver – Nordeste Semiárido*. V. I, n. 1, pp. 30-37, jan.-mar., 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n.14, pp. 25-39, 1997.

PINHEIRO, Luiz Carlos Martins. *Catálogo das publicações editadas pelo DNOCS*. Ministério de Viação e Obras Públicas-MVOP. DNOCS. Publicação nº 193, Rio de Janeiro-D. F., 1960. (Série I, E).

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, jan./dez. 2003b.

_____. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 3, p. 464-485, jul-set., 2007.

PÁGINA ANEXA

MÁRIO MARTINS VIANA JÚNIOR

Rua João Carvalho, 27, apto 1102, Aldeota, Fortaleza-Ce, CEP 60140-140

Telefones: 85-986876641; 85-999149982